



COMISSÃO DE REDAÇÃO

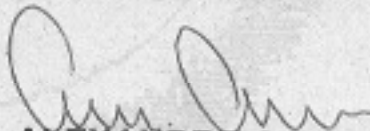
Redação Final ao Projeto de Lei nº 553/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública Estadual o "Sistema de Comunicação e Difusão Cultural", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco/Pr.

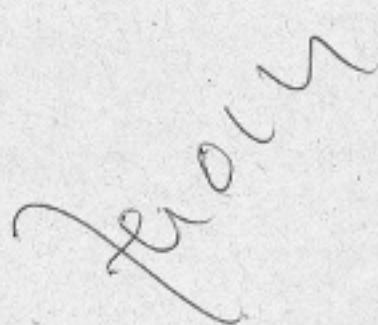
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Sistema de Comunicação e Difusão Cultural", entidade conhecida como Instituto Carlos Almeida, com sede e foro no Município de Pato Branco/Pr.

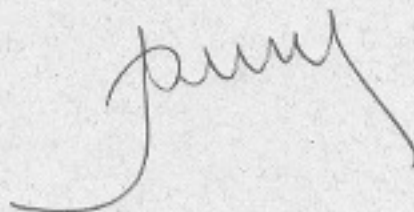
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







COMISSÃO DE REDAÇÃO

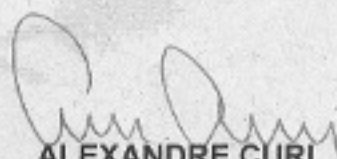
Redação Final ao Projeto de Resolução nº 022/11

Ementa: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

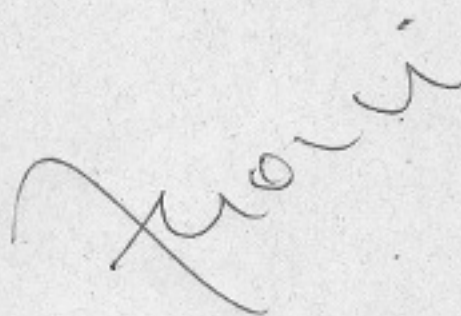
Art. 1º - Fica aprovado a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de julho de 2011.

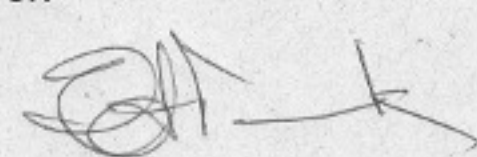
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

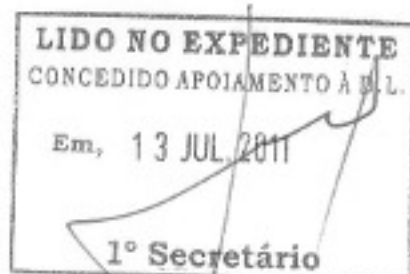






A ssembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Curitiba, 13 de Julho de 2011.

PROJETO DE LEI Nº. 576/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Construindo Novos Valores, no Município de Curitiba – PR.

Art. 1º. Fica declarada a Utilidade Pública do Instituto Construindo Novos Valores, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de Julho de 2011.


GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Referido Instituto é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente, filantrópica e de assistência social, educacional e cultural, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminação seja de raça, credo religioso, cor ou posição política.

Desta forma atua promovendo ações que contribuem para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade.

Tem por principal finalidade, atender as crianças de família de baixa renda na faixa etária de 10 a 13 anos, procurando também atender na medida do possível as famílias dessas crianças.

Fomenta ainda, e executa iniciativas que resultem no desenvolvimento holístico-transformacional das crianças e adolescentes.

Elabora e executa projetos para captação de recursos, junto às iniciativas públicas e privada podendo firmar parceira com organizações não governamentais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 576/2011

Projeto de Lei nº. 576/2011

Autor: Deputado Estadual Gilson de Souza

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Instituto Construindo Novos Valores**, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Souza, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Construindo Novos Valores**, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



Projeto de Lei N.º 583 / 2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUL 2011


1º Secretário

SÚMULA: Institui o reconhecimento de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, CULTURAL E ECONÔMICO LIBERDADE - ADASCEL, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, CULTURAL E ECONÔMICO LIBERDADE - ADASCEL, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de julho de 2011.


Deputado Enio Verri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



JUSTIFICATIVA

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO LIBERDADE, designada pela sigla **ADASCEL**, é uma entidade da organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos ou econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, cuja finalidade principal consiste na defesa dos direitos sociais.

A **ADASCEL**, busca a inclusão social por meio da inclusão digital, bem como a capacitação e o desenvolvimento dos cidadãos de todas as idades: jovens, adultos e de terceira idade; com vistas a amenizar as diferenças daqueles que encontram-se em desvantagem social. Deste modo, apresenta como prioridade a promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado e ainda a experimentação de modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e créditos, promovendo através de atividades diversificadas o desenvolvimento econômico-social e o combate a pobreza.

Para que a **ADASCEL** possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a Utilidade Pública Estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.


Deputado Enio Verri



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 583/2011

Projeto de Lei nº. 583/2011
Autor: Deputado Estadual Enio Verri

Súmula: Institui o Reconhecimento de Utilidade Pública à **Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade Adascel**, com sede e foro no Município de Maringá.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade Adascel**, com sede e foro no Município de Maringá.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI

RELATOR

~~PROJETO~~ **PROJETO DE LEI N.º 617/2011**

Súmula: Altera o inciso VII do art. 2.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme especifica.

Altera o inciso VII do art. 2.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme especifica

Art. 1.º O art. 2.º, inciso VII, da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

VII – a coordenação da política de microcrédito com a finalidade de dar acesso ao trabalhador empreendedor de microcrédito orientado e assistido, em parceria com a Agência de Fomento do Paraná; e"

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de julho de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 33/2011

Curitiba, 11 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei dispondo sobre a alteração do inciso VII do art. 2.º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme especifica.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

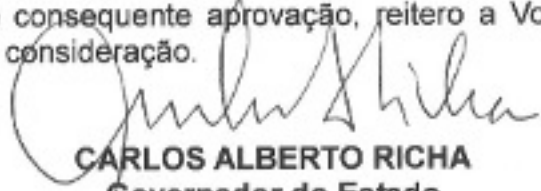
Inicialmente, cumpre destacar a competência legislativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para propor o presente Anteprojeto de Lei, que visa modificar a Lei n.º 16.840, que alterou, dentre outros, a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Superada a discussão acerca da competência legislativa, cumpre ressaltar que tal medida se dá com o intuito de alterar a coordenação da política de microcrédito para acesso ao trabalhador empreendedor, dedicando um aparato institucional voltado exclusivamente ao campo de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Desta forma, objetiva-se reduzir as desigualdades sociais e regionais, contribuindo na erradicação da pobreza e da marginalização.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/11

Projeto de Lei nº. 617/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 033/11

Súmula: Altera o inciso VII do art. 2º da Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme específica.

EMENTA: ALTERAÇÃO DO INCISO VII, DO ART. 2º DA LEI 16.840/11 QUE ALTEROU A DENOMINAÇÃO DAS SECRETARIAS DA CRIANÇA, DO TRABALHO E DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o inciso VII, do art. 2º, da Lei 16.840/11 que dispõe sobre uma das finalidades da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS que se refere a coordenação da política de microcrédito com a finalidade de dar acesso ao trabalhador empreendedor de microcrédito orientado e assistido, em parceria com a Agência de Fomento do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a organização das Polícias Civil e Militar, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/11

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar o inciso VII do artigo 2º da Lei 16.840, de 28 de junho de 2011.

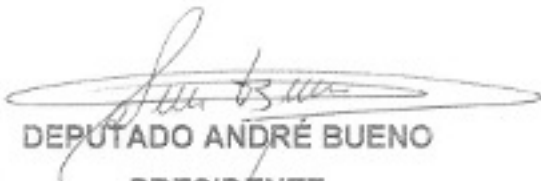
Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

A alteração do inciso VII tem como intuito alterar a coordenação da política de microcrédito para acesso ao trabalhador empreendedor, dedicando um aparato institucional voltado exclusivamente ao campo de políticas públicas de trabalho.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria de suma importância, e por afetar vários setores do comércio e indústria exaramos parecer pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 033/11, que altera o inciso VII do art. 2º da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011. (Esta Lei alterou, dentre outros, a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP).

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

A matéria recebeu também, o devido parecer favorável da douta Comissão de Indústria e Comércio.


No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada. Tendo em vista que o objetivo da medida é alterar a coordenação da política de microcrédito para acesso ao trabalhador empreendedor, dedicando um aparato institucional voltado exclusivamente ao campo de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Buscando assim, a redução das desigualdades sociais e regionais.

Desta forma, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 30/08/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR